



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- CAMPUS XII
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

FABIANA DE ALMEIDA SANTOS

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI-BA:
UMA ABORDAGEM CENTRADA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

GUANAMBI -BA
2025

FABIANA DE ALMEIDA SANTOS

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI-BA:
UMA ABORDAGEM CENTRADA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Educação Campus XII, Curso de Licenciatura em Educação Física como requisito para conclusão do Curso.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Messias Santana Cruz

GUANAMBI -BA

2025

AGRADECIMENTOS

Palavras são apenas signos quando não há a quem agradecer.

Eu, graças a quem me moldou e me colocou aqui, tenho incontáveis almas para honrar este trabalho.

A mainha, agradeço pelo ventre e pelo colo, a senhora ouve meus gritos em outra cidade e faz algo daí que mexe aqui.

A painho, agradeço por ter forjado em fogo e borracha os olhares que me trouxeram coragem e me ensinaram a lidar com o medo.

A minha irmã, agradeço por ter me forçado a aprender cuidar de mim e do próximo como cuidado.

A minha tia Elza, que está em cada letra, em cada noite, em cada dia, em cada saudade, mesmo que não esteja aqui no plano material.

A minha família em geral, agradeço pelos exemplos.

A espiritualidade, por me guiar em caminhos mudos e escuros, mesmo que com medo.

A Nina, que me ensinou o sentir do amor, inclusive o próprio.

E a mim, que existo por cada um deles e resisto em meio às dores e os amores que é viver uma vida como vivo: preta, lésbica e do interior.

“. Nessa esquina me cabe dizer que hoje o espírito colonial se expressa em pleno vigor, cada vez mais “cruzadista”, tacanho, tarado pelo terror e pelos assassinatos.

Exu, ao contrário disso, é o radical da vida, que nos interpela sobre a capacidade de nos inscrevermos como beleza e potência”

(Pedagogia das Encruzilhadas)

SUMÁRIO

RESUMO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA	8
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
3.1 Conteúdos afro-brasileiros desenvolvidos nas aulas de educação física	13
3.2 Práticas pedagógicas e metodologias de ensino	14
3.3 Conhecimento da legislação e sua aplicabilidade	17
3.4 Religião em consonância com o preconceito	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
5.REFERÊNCIAS	Erro! Indicador não definido. 4
APÊNDICE A- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	26
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	27

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os possíveis diálogos entre a cultura afro-brasileira e os conteúdos da Educação Física nas escolas públicas de Guanambi-BA. Partindo da premissa de que a Educação Física é um espaço privilegiado para práticas culturais, buscou-se compreender como os professores e professoras articulam, percebem e incorporam elementos da cultura afro-brasileira em suas práticas pedagógicas, especialmente à luz da Lei 10.639/2003 e posteriormente a lei 11.645/2008. A metodologia adotada foi qualitativa, com a realização e análise de entrevistas semiestruturadas com docentes da rede pública estadual. Os resultados revelam que, embora haja reconhecimento da importância da temática, ainda existem desafios na efetiva aplicação dos conteúdos afro-brasileiros nas aulas de Educação Física, principalmente pela falta de formação continuada na Educação Física antiracista, recursos didáticos e resistência de parte da comunidade escolar. Conclui-se que há avanços, mas é necessário intensificar a formação continuada e a produção de materiais pedagógicos que fortaleçam a identidade negra e o combate ao racismo estrutural nas escolas.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira; Diversidade cultural; Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008.

ABSTRACT

This study aims to analyze the possible dialogues between Afro-Brazilian culture and Physical Education content in public schools in Guanambi, Bahia. Based on the premise that Physical Education is a privileged space for cultural practices, the research sought to understand how teachers articulate, perceive, and incorporate elements of Afro-Brazilian culture into their pedagogical practices, especially in light of Law No. 10.639/2003 and, subsequently, Law No. 11.645/2008. A qualitative methodology was adopted, involving the conduction and analysis of semi-structured interviews with teachers from the state public school system. The results reveal that, although there is recognition of the importance of the topic, challenges remain in the effective implementation of Afro-Brazilian content in Physical Education classes, mainly due to the lack of continuing education in anti-racist Physical Education, limited didactic resources, and resistance from part of the school community. It is concluded that, although progress has been made, it is necessary to intensify continuing teacher education and the production of pedagogical materials that strengthen Black identity and combat structural racism in schools.

Keywords: Afro-Brazilian culture; Cultural diversity; Law 10.639/2003; Lei 11.645/2008.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é historicamente marcada por uma profunda pluralidade étnico-racial, resultante de um processo de formação social que reuniu diferentes matrizes culturais, especialmente a indígena, a africana e a europeia. Essa diversidade, embora constitutiva da identidade nacional, nem sempre é refletida de maneira equitativa e justa nos ambientes escolares. Deveria, no entanto, ser plenamente contemplada, tanto no currículo formal quanto nas práticas pedagógicas cotidianas, como um meio de promover uma educação inclusiva, crítica e plural.

No entanto, observa-se, ainda nos dias atuais, a persistente invisibilização das contribuições da população negra e indígena na construção da sociedade brasileira. Essa invisibilidade manifesta-se na ausência de conteúdos específicos nos materiais didáticos, na superficialidade com que são abordadas as questões étnico-raciais e, sobretudo, na ausência de práticas pedagógicas que valorizem de fato a história e a cultura afro-brasileira e indígena e que combatam firmemente o racismo de modo geral.

Sendo o racismo, de acordo dicionário, “O preconceito, discriminação ou antagonismo por parte de um indivíduo, comunidade ou instituição contra uma pessoa ou pessoas pelo fato de pertencer a um determinado grupo racial ou étnico, tipicamente marginalizado ou uma minoria.”. Assim sendo, um sistema histórico, social e político que estabelece hierarquias entre grupos humanos a partir de características físicas, principalmente a cor da pele. Mais do que atitudes individuais de preconceito, o racismo opera como uma estrutura que organiza relações de poder, produz desigualdades e legitima privilégios para determinados grupos, especialmente a população branca, em detrimento das populações negras e indígenas. Essa lógica se sustenta por discursos que naturalizam a inferiorização racial e justificam a exclusão, a marginalização e a violência simbólica e física. Portanto, falar de racismo não é apenas discutir comportamentos discriminatórios, mas compreender um mecanismo profundamente enraizado nas instituições, na cultura e nas práticas sociais.

No campo da Educação Física Escolar, esse apagamento torna-se ainda mais evidente. Apesar da vasta riqueza cultural de matriz africana que se expressa por meio de diversas manifestações corporais, como danças tradicionais, lutas como capoeira, jogos e brincadeiras populares. Nota-se que esses elementos, quando presentes, são tratados de forma secundária, muitas vezes folclorizados ou descontextualizados de seu significado histórico e cultural. Essa realidade aponta para uma lacuna importante na formação dos/as estudantes e na atuação dos/as docentes, especialmente em um componente curricular que tem como objeto de estudo a cultura corporal. Assim, a ausência ou a marginalização desses saberes compromete a construção de

uma Educação Física envolvida com os princípios da diversidade, da equidade e da justiça social.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender e fortalecer a inserção da cultura afro-brasileira na Educação Física escolar, considerando a persistente invisibilização das contribuições negras e indígenas no currículo e nas práticas pedagógicas. Mesmo com a obrigatoriedade estabelecida pelas Leis de nº 10.639/2003 e 11.645.2008, observa-se que sua implementação ainda ocorre de forma limitada, superficial ou descontextualizada, especialmente em uma área que tem como objeto central o corpo e suas expressões culturais. Investigar as concepções e práticas de professores da rede estadual de Guanambi-BA torna-se, portanto, fundamental para identificar lacunas, desafios e possibilidades de avanço, contribuindo para a produção de conhecimento acadêmico comprometido com a promoção da diversidade, da equidade e do enfrentamento do racismo estrutural no contexto escolar.

A escolha deste tema, para a pesquisa não se dá apenas por um interesse acadêmico ou curricular, mas emerge de uma vivência pessoal que carrega marcas de luta, resistência e identidade. Enquanto mulher preta, minha trajetória no espaço educacional é atravessada por experiências de silenciamento, mas também de conscientização e empoderamento. Nesse sentido, o estudo proposto neste trabalho nasce do compromisso ético, político e social de contribuir para a valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar. Mais do que uma exigência curricular, trata-se de um movimento de afirmação identitária e de combate às estruturas racistas que historicamente relegam a cultura negra a uma posição de subalternidade.

A proposta é visibilizar saberes e práticas que resistem nos corpos, nas memórias e nas vivências dos sujeitos negros, fortalecendo suas identidades e promovendo o respeito à diversidade étnico-racial.

Assim, este trabalho parte da seguinte questão norteadora: quais as concepções de professores e professoras da rede estadual de ensino do município de Guanambi-BA sobre os possíveis diálogos entre a cultura afro-brasileira e os conteúdos da Educação Física escolar? A partir desta indagação, estabelece-se como objetivo geral analisar os possíveis diálogos entre a cultura afro-brasileira e os conteúdos da Educação Física escolar, considerando a realidade do município de Guanambi-BA. Busca-se compreender como, e se, os/as docentes integram elementos da cultura afro-brasileira em suas práticas pedagógicas, bem como os desafios enfrentados e as estratégias adotadas nesse processo.

Além disso, pretende-se refletir sobre como a Educação Física pode se constituir como um espaço privilegiado para a promoção da valorização da negritude, o estímulo ao pensamento crítico sobre a diversidade cultural e o fortalecimento das identidades negras no contexto

escolar, contribuindo assim para o enfrentamento de práticas discriminatórias e do racismo estrutural.

A relevância deste estudo ancora-se também na obrigatoriedade imposta pela Lei nº 10.639/2003 e posteriormente a 11.645/2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira em todas as instituições de ensino público e privado do país. Essa legislação representa um marco legal e político no reconhecimento da importância da população negra para a formação da sociedade brasileira e busca reparar, ainda que parcialmente, séculos de exclusão e apagamento histórico.

A lei determina que sejam incluídos no currículo escolar conteúdos que abordem as contribuições dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas nas áreas social, econômica, política e cultural, bem como propõe a valorização de datas significativas, como o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro que atualmente é feriado nacional pela lei 14.759/2023, que declara esta data como feriado nacional, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Diante disso, o presente estudo se propõe a investigar de que forma essa legislação tem sido efetivamente implementada nas aulas de Educação Física das escolas públicas estaduais de Guanambi-Ba, questionando se os objetivos da lei têm sido alcançados ou na implementação da lei.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em diversos autores como Munanga (2008), Gomes (2012), Minayo (2012), Cavalcanti (2018). Essa metodologia mostrou-se adequada para compreender as percepções e práticas dos professores e professoras de Educação Física da rede pública estadual de Guanambi-BA quanto à inserção da cultura afro-brasileira no ensino o componente curricular. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi estruturadas, organizadas em blocos temáticos que abordaram aspectos da prática pedagógica, formação continuada, legislação vigente e desafios enfrentados pelos docentes e o último tópico sobre a Religião em consonância com o preconceito. Essa técnica possibilitou maior flexibilidade e profundidade na investigação, permitindo captar os sentidos e experiências atribuídos pelos participantes ao objeto estudado.

A análise dos dados foi conduzida com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), que compreende as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com interpretação crítica. O estudo está vinculado ao projeto “Erradicação do racismo no ensino superior”, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e segue os princípios éticos de pesquisa, garantindo o sigilo e a autonomia dos participantes, como o

número 5.431.376 do parecer do comitê de ética. Essa metodologia busca assegurar rigor científico e coerência analítica, possibilitando compreender de que modo os professores e professoras têm incorporado ou ainda negligenciado elementos da cultura afro-brasileira em suas práticas pedagógicas, revelando avanços, desafios e perspectivas de transformação no contexto escolar.

O presente estudo está estruturado em diferentes seções que se articulam de forma a garantir coerência e profundidade à análise proposta. Na introdução, apresenta-se o contexto da pesquisa, a justificativa do tema, os objetivos e a relevância social e educacional do estudo. Em seguida, a seção Metodologia descreve o percurso investigativo adotado, detalhando os procedimentos de coleta e análise dos dados, bem como os fundamentos éticos que orientaram a pesquisa. A parte dedicada aos Amparos teóricos discute as principais referências que embasam o trabalho, abordando conceitos sobre cultura afro-brasileira, identidade, diversidade e práticas pedagógicas no ensino da Educação Física.

A seção de Resultados e discussões organiza-se em quatro eixos de análise: conteúdos afro-brasileiros desenvolvidos nas aulas de Educação Física; práticas pedagógicas e metodologias de ensino; conhecimento da legislação e sua aplicabilidade; e religião em consonância com o preconceito. Cada um desses eixos busca evidenciar como os/as professores/as têm compreendido e incorporado a temática afro-brasileira em suas práticas, revelando avanços, lacunas e desafios presentes no contexto escolar. Por fim, as considerações finais retomam as principais reflexões do estudo, destacando a importância da valorização da cultura afro-brasileira na Educação Física escolar como caminho para a construção de uma educação mais plural, crítica e comprometida com a superação do racismo e das desigualdades históricas.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como base teórica os referenciais Freire (1996), Munanga (2008), Gomes (2012), Minayo (2012), Cavalcanti (2018). A escolha por essa abordagem decorre da necessidade de compreender, em profundidade, as percepções, significados e sentidos que os professores e professoras de Educação Física da rede pública estadual de Guanambi-BA atribuem à inserção da cultura afro-brasileira no ensino do componente curricular. Diferentemente das pesquisas de caráter quantitativo, que buscam mensurar fenômenos, a pesquisa qualitativa prioriza a interpretação dos discursos, das práticas e das experiências vividas pelos sujeitos, permitindo adentrar as complexidades do cotidiano escolar.

A natureza descritiva e exploratória desta investigação tem como objetivo primeiramente, caracterizar as ações pedagógicas e as estratégias utilizadas pelos docentes na abordagem da temática afro-brasileira, e, em segundo lugar, explorar as condições, desafios e possibilidades que permeiam a efetivação dessa temática na prática educativa. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa é capaz de captar a totalidade de significados expressos nas relações humanas, nas falas e nos comportamentos, o que torna essa abordagem especialmente adequada ao campo educacional, onde as subjetividades exercem papel central na construção do conhecimento e na mediação das práticas pedagógicas. Assim, compreender como os professores constroem sentidos sobre a cultura afro-brasileira na Educação Física requer uma metodologia que valorize o contexto social e cultural no qual esses sujeitos estão inseridos.

O percurso metodológico adotado caracteriza-se como uma pesquisa de campo, uma vez que a coleta de dados ocorreu diretamente no ambiente escolar, com professores e professoras em efetivo exercício na rede estadual de ensino da cidade de Guanambi-BA. A presença da pesquisadora em campo permitiu observar a realidade vivenciada pelos participantes e estabelecer um diálogo próximo com o contexto educacional investigado, elemento fundamental para a credibilidade e validade do estudo.

Para a obtenção dos dados, optou-se pela utilização da entrevista semiestruturada, instrumento que combina perguntas previamente elaboradas com a possibilidade de explorar novas questões emergentes no decorrer da conversa. Esse formato confere maior liberdade de expressão aos participantes e possibilita à pesquisadora adaptar a condução das entrevistas conforme as respostas e os temas que emergem espontaneamente. A escolha pela entrevista semiestruturada justifica-se pela intenção de compreender as experiências e perspectivas individuais dos professores e professoras, permitindo captar não apenas informações objetivas, mas também valores, percepções e sentimentos que orientam suas práticas pedagógicas.

Foram realizadas entrevistas com quatro professores, embora inicialmente houvesse a participação prevista de cinco, um dos convidados acabou desistindo antes da conclusão da coleta de dados. Curiosamente, outra docente, ao tomar conhecimento do tema da pesquisa, demonstrou receio em continuar, o que já sinaliza o quanto o assunto ainda é sensível e, em certa medida, cercado de inseguranças e tabus dentro do ambiente educacional. Entre os quatro entrevistados, apenas um se autodeclarou negro, sendo também o que apresentou maior aprofundamento e segurança nas discussões sobre o tema.

As entrevistas foram estruturadas em cinco blocos temáticos, cuidadosamente elaborados para abranger diferentes dimensões da inserção da cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física.

O primeiro bloco abordou aspectos da prática pedagógica, investigando como os professores e professoras planejam, executam e avaliam suas atividades, e de que maneira articulam conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira em suas aulas. O segundo bloco tratou da formação continuada, buscando compreender as oportunidades de capacitação oferecidas aos docentes, bem como as lacunas e desafios enfrentados na atualização profissional sobre temas étnico-raciais.

Já no terceiro bloco concentrou-se na legislação vigente, com ênfase nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, e procurou identificar o nível de conhecimento e aplicabilidade dessa legislação por parte dos/as docentes. No quarto e penúltimo bloco explorou os desafios enfrentados pelos professores e professoras, especialmente no que se refere à resistência de colegas, alunos e famílias à abordagem das questões raciais nas aulas, bem como às dificuldades estruturais e pedagógicas que limitam a efetivação de uma prática realmente inclusiva.

Por fim, o quinto bloco tratou da relação entre religião e preconceito, discutindo como as manifestações religiosas de matriz africana ainda são alvo de discriminação e de que forma o espaço escolar pode se tornar um ambiente de desconstrução dessas barreiras, promovendo o respeito e a valorização da diversidade cultural e espiritual presente na sociedade brasileira.

A população da pesquisa compreende os professores e professoras de Educação Física vinculados à rede pública estadual de ensino da cidade de Guanambi-BA. Para a constituição da amostra, foram convidados/as a participar os/as docentes que atuam diretamente nas escolas do município na rede estadual de ensino e que se dispuseram a colaborar voluntariamente com a pesquisa. Assim, a amostra foi intencional e não probabilística, uma vez que o interesse central do estudo reside na profundidade das análises e não na representatividade numérica dos participantes.

Os critérios de inclusão consideraram professores e professoras em exercício ativo, com experiência mínima de um ano na rede estadual, garantindo que os/as participantes tivessem vivência suficiente para refletir criticamente sobre as práticas relacionadas à cultura afro-brasileira. O contato com os/as docentes ocorreu por meio das coordenações escolares e da autorização formal das direções das unidades, respeitando os trâmites institucionais e éticos exigidos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A entrevista semiestruturada foi o principal instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo. Ela possibilitou o levantamento de informações detalhadas sobre o modo como os professores e professoras incorporam, ou deixam de incorporar, conteúdos e práticas

relacionadas à cultura afro-brasileira em suas aulas. As perguntas buscaram compreender tanto as ações pedagógicas concretas quanto às concepções teóricas que fundamentam essas ações.

Para o tratamento e interpretação dos dados, foi empregada a Análise de Conteúdo, conforme os procedimentos propostos por Bardin (2011). Essa técnica é amplamente utilizada nas pesquisas qualitativas por permitir a sistematização das informações obtidas, transformando o conteúdo das falas em categorias analíticas interpretáveis. O processo de análise seguiu três grandes etapas: a pré-análise, que envolveu a leitura flutuante das transcrições e a organização do corpus; a exploração do material, etapa de codificação e categorização das unidades de registro; e o tratamento e interpretação dos resultados, quando os achados empíricos foram articulados ao referencial teórico adotado. Essa metodologia favorece a identificação de padrões discursivos, a compreensão de sentidos subjacentes e a produção de inferências que contribuem para uma reflexão crítica sobre a inserção da cultura afro-brasileira nas práticas pedagógicas.

As entrevistas foram agendadas previamente com cada participante, realizadas em ambiente tranquilo e em horário acordado, de modo a garantir conforto e liberdade de expressão aos/as docentes. Cada entrevista teve duração aproximada de 30 a 40 minutos e foi gravada, mediante assinatura do TCLE, para posterior transcrição literal. Após a coleta, os dados foram organizados em um banco textual e submetidos à leitura detalhada.

Durante a análise, foram identificadas categorias emergentes relacionadas à presença (ou ausência) da cultura afro-brasileira nas práticas pedagógicas, à formação docente sobre o tema, às dificuldades enfrentadas no cumprimento da Lei nº 10.639/2003 e às percepções sobre o papel da Educação Física na valorização da diversidade cultural. Esse processo permitiu construir uma visão integrada e crítica da realidade pesquisada, contribuindo para a produção de conhecimentos relevantes à formação e atuação de professores/as da área.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o número restrito de participantes, o que inviabiliza generalizações amplas para todo o contexto da Educação Física no estado da Bahia. Entretanto, a natureza qualitativa da pesquisa não busca generalização estatística, mas sim a compreensão profunda das experiências vividas por um grupo representativo do contexto estudado. Além disso, reconhece-se que o recorte geográfico limitado à cidade de Guanambi-BA pode restringir a análise das políticas e práticas adotadas em outras regiões. Ainda assim, o estudo oferece subsídios significativos para compreender o cenário local e estimular reflexões sobre a implementação efetiva da educação antirracista no ensino público.

A pesquisa está devidamente vinculada ao projeto institucional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), intitulado “Erradicação do racismo no ensino superior: como a questão racial é tratada na universidade na formação dos profissionais das diferentes áreas do

conhecimento” (Parecer nº 5.431.376). Todo o processo investigativo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o respeito à autonomia, ao anonimato e à confidencialidade dos/as participantes.

Os professores e professoras foram informados sobre os objetivos, etapas e propósitos do estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início das entrevistas. Os dados obtidos foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sem qualquer tipo de exposição ou prejuízo à imagem dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, assegurou-se que a pesquisa mantivesse seu compromisso com o rigor metodológico, a integridade ética e a relevância social, especialmente ao tratar de um tema sensível como as relações étnico-raciais no contexto escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente discussão ancora-se em uma diversidade de autores e abordagens que contribuem para a compreensão crítica sobre temas como identidade, cultura, corpo, práticas pedagógicas e ações afirmativas no contexto educacional. Para apresentar a cultura Afro-brasileira e o espaço educacional, Munanga (2005) diz

Julgo ser necessário que os(as) educadores(as) se coloquem na fronteira desse debate e que a cobrança de novas posturas diante da questão racial passe a ser uma realidade, não só dos movimentos negros, mas também dos educadores, dos sindicatos e dos centros de formação de professores. Quem sabe assim poderemos partir para iniciativas concretas, desenvolvendo projetos pedagógicos juntamente com a comunidade negra, com as ONG's e com os movimentos sociais. Assim, poderemos realizar discussões na escola que trabalhem temas como: a influência da mídia, a religião, a cultura, a estética, a corporeidade, a música, a arte, os movimentos culturais, na perspectiva afro-brasileira. .

Almeida (2019) explica que o racismo não é apenas um conjunto de atitudes individuais, mas sim um fenômeno estrutural, profundamente enraizado nas instituições. A escola, enquanto espaço formador, tanto pode reproduzir esse racismo como pode ser um ambiente de resistência e desconstrução. Assim surge a dúvida de pesquisa: como a Lei 10.639/03 age dentro das escolas? Os educadores estão formando quais cidadãos para a comunidade?

A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com os professores e professoras de Educação Física da rede

estadual de Guanambi-BA que responderão tais indagações. Os tópicos foram organizados de modo a refletir as diferentes perspectivas e experiências docentes relacionadas à presença da cultura afro-brasileira no contexto escolar. O objetivo dessa etapa foi compreender como a cultura afro-brasileira tem sido percebida, abordada e vivenciada no cotidiano das escolas, bem como identificar os limites e possibilidades de inserção efetiva desse conteúdo nas práticas pedagógicas.

Durante as entrevistas, foi possível observar um padrão de dificuldade entre os participantes ao tratar da temática da afro-brasilidade. Muitos apresentaram hesitação ao empregar termos como “negro” ou “preto” e demonstraram desconforto ao abordar aspectos ligados à estética e identidade, como o cabelo dos alunos. As falas, em diversos momentos, soavam contidas e cuidadosas, revelando uma falta de familiaridade com o vocabulário e com as discussões sobre relações étnico-raciais. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de uma formação mais sólida e contínua que auxilie os educadores a compreender, valorizar e trabalhar com naturalidade os conteúdos afro-brasileiros, de modo a contribuir para uma educação mais inclusiva, crítica e antirracista.

3.1 Conteúdos afro-brasileiros desenvolvidos nas aulas de educação física

A inserção de conteúdos afro-brasileiros nas aulas de Educação Física é de extrema importância, pois possibilita o reconhecimento da contribuição histórica e cultural da população negra na formação da sociedade brasileira.

Ao trabalhar práticas corporais como a capoeira, o professor amplia a compreensão dos estudantes sobre a diversidade de expressões corporais, rompendo com uma visão eurocêntrica que privilegia apenas esportes tradicionais como futebol, vôlei e basquete. “Especificamente falando da capoeira, não somente, mas ela parece ser o ponto mais fácil, mais acessível para você entrar na questão da cultura africana, mais aceita, digamos assim. Porque a capoeira você pode fazer com que ela seja uma luta, e aí o pessoal, talvez, se aproxime mais” (Professor 02, arquivo pessoal).

Nesse sentido, autores como Munanga (2005) e Gomes (2012) defendem que a valorização da cultura afro-brasileira no currículo escolar é essencial para desconstruir estereótipos raciais e promover o reconhecimento da identidade negra como parte constitutiva da história nacional. A Educação Física, por seu caráter prático e simbólico, torna-se um espaço privilegiado para essa valorização, ao permitir o contato com saberes corporais historicamente marginalizados. Nilma Lino Gomes (2012) defende que a educação deve ser pensada como um

espaço de luta antirracista, em que os saberes afro-brasileiros sejam reconhecidos não como folclore, mas como parte integrante do patrimônio cultural nacional.

A abordagem do ensino de conteúdos afro-brasileiros nas aulas de Educação Física deve ir além da prática corporal e buscar sempre a contextualização histórica e cultural. É fundamental que o estudante compreenda o processo de vinda dos negros ao Brasil, marcado pela violência da escravidão, bem como a forma como esses povos se estabeleceram e sobreviveram, preservando e ressignificando sua cultura em meio a inúmeras dificuldades. Nessa direção, o professor 01 sinaliza:

Minha abordagem sempre foi contextualizar desde a vinda dos negros aqui. Como se fez essa vinda? Como eles se estabeleceram? Como eles sobreviveram com a cultura deles? Que foi muito difícil. Então, o aluno tem que ter esse conhecimento. O que tem hoje que representa uma cultura negra e as raízes que vieram também da África, junto com os negros? [...] Essa questão de analisar a cultura e a influência da cultura em nossa sociedade, ela perpassa inclusive de analisar lá atrás quais são as raízes, como essas raízes se estabeleceram em termos de Bahia, Guanambi e região. (Professora 01, arquivo pessoal).

Isso significa que a escola deve ser um espaço de diálogo e reconstrução de memórias, no qual a presença da cultura afro-brasileira seja reconhecida não como folclore, mas como elemento constitutivo da identidade nacional. Assim, ao trabalhar manifestações como danças, lutas, jogos e práticas religiosas de matriz africana, o professor deve enfatizar que tais expressões não são apenas atividades motoras, mas heranças culturais vivas, que carregam significados históricos e sociais.

No entanto, o sistema dentro da escola ainda falha em inserir a afro brasilidade em sua instituição. Ao perguntar ao professor 3 se a rede de ensino em que está vinculado tem oferecido cursos sobre a temática, a resposta não é positiva “ Raramente. São coisas, falas, um vídeo ou outro, mas a secretaria, de certa forma, não tem um trabalho sistêmico nesse sentido formação para discutir esse tema.” (Professor 03, arquivo pessoal)

3.2 Práticas pedagógicas e metodologias de ensino

As práticas pedagógicas e as metodologias de ensino constituem elementos centrais no processo educativo, pois orientam a forma como os conteúdos são trabalhados e possibilitam a mediação entre o conhecimento científico, cultural e a realidade dos estudantes. No contexto da Educação Física, essas práticas devem ser planejadas de modo a contemplar não apenas o desenvolvimento motor, mas também os aspectos sociais, culturais e históricos, favorecendo uma formação integral.

Para isso, é fundamental que o professor adote metodologias diversificadas, capazes de dialogar com os diferentes interesses, ritmos e necessidades dos alunos, possibilitando uma aprendizagem significativa. Como destaca Libâneo (2013), o papel do professor é o de mediador consciente do processo educativo, capaz de transformar o conhecimento em instrumento de emancipação e crítica social. Assim, a metodologia de ensino deve articular teoria e prática, permitindo que o estudante compreenda o conhecimento de forma contextualizada e conectada à sua realidade.

Segundo autores como Bacich e Moran (2018) e Berbel (2011), as metodologias ativas têm ganhado destaque por promoverem o protagonismo do estudante no processo de ensino-aprendizagem. Nessas práticas, o professor atua como mediador, incentivando a experimentação, a problematização e a reflexão crítica sobre as vivências corporais. O Professor 02 ilustra essa concepção ao relatar que desenvolveu uma unidade de jogos contemplando brincadeiras de matriz africana e indígena, destacando como essas práticas se tornam instrumentos pedagógicos para o ensino da diversidade cultural e para o reconhecimento das raízes históricas brasileiras. “Por exemplo, a gente fez uma unidade de jogos de matriz africana e indígena. A gente trouxe um material específico que fala sobre esses jogos, explicou e vivenciou os jogos também. Entendo que com essa forma dinâmica de ensinar, a gente consegue mostrar a nossa diversidade e reconhecer de onde vêm as nossas raízes” (Professor 02, arquivo pessoal)

Nesse mesmo sentido, a Professora 01 evidencia a importância de práticas interdisciplinares ao afirmar que busca contextualizar os conteúdos da Educação Física com os próprios livros de História, utilizando a interdisciplinaridade como ponte entre o conhecimento corporal e o saber histórico “Nós temos livros, e aí você pode estar contextualizando com próprios livros de história. Assim que surge a questão da interdisciplinaridade, que eu gosto muito nas aulas de Educação Física, porque traz também o conhecimento histórico” (Professora 01, arquivo pessoal). O Professor 03, por sua vez, reforça a relevância da leitura ativa, relatando que faz uso de textos que abordam a temática afro-brasileira de maneira consistente, permitindo aos alunos refletirem e debaterem criticamente sobre o assunto “Bom, a primeira questão é a leitura textual ativa. Trazer textos, que abordam essa questão temática de forma constante.” (Professor 03, arquivo pessoal)

Essas experiências reforçam a perspectiva de Paulo Freire (1996), que entende a educação como prática da liberdade e defende que o ato de ensinar deve estar vinculado à curiosidade, ao diálogo e à construção coletiva do saber. A Educação Física escolar deve ser compreendida como espaço de produção cultural, em que os alunos aprendem sobre si, sobre o

outro e sobre o mundo por meio das práticas e culturas corporais, essas sendo, segundo Darido e Rangel (2011), um conjunto de práticas corporais que expressam valores e saberes sociais, sendo fundamental para a formação da identidade e socialização dos indivíduos.

Quando se trata do ensino de conteúdos afro-brasileiros, a escolha metodológica ganha ainda mais relevância, pois exige uma prática pedagógica que vá além da reprodução de movimentos, valorizando a contextualização histórica e cultural. O Professor 02 enfatiza esse ponto ao afirmar que uma de suas estratégias é justamente dar significado à significância, isto é, mostrar aos alunos o quão importante é a temática para sua formação, apresentando-lhes a origem, os desdobramentos e a permanência dessas manifestações no tempo. “Eu acredito que quantos mais apresentamos e familiarizarmos esses conteúdos em sala de aula, mais damos significado e mostramos a relevância que tem na vida do aluno” (Professor 02, arquivo pessoal)

A Educação Física tem a cultura corporal como objeto de estudo, possui enorme potencial para trabalhar elementos afro-brasileiros. Cavalcanti (2018) ressalta que práticas como a capoeira, as danças afro, o maculelê, o samba de roda e os jogos de origem africana não só enriquecem o repertório cultural dos alunos, como também são fundamentais para o desenvolvimento da identidade étnico-racial.

Essa prática pedagógica gera, muitas vezes, processos de identificação e reconhecimento por parte dos estudantes, que passam a perceber a cultura afro-brasileira como parte constitutiva da sua identidade. Nessa perspectiva, ressalta-se que o ensino das práticas corporais afro-brasileiras deve ser compreendido como ação política e educativa, capaz de resgatar saberes marginalizados e fortalecer a construção de uma consciência antirracista no ambiente escolar.

Nesse sentido, ao ensinar práticas corporais como a capoeira, o maculelê ou as danças afro-brasileiras, não basta que o professor apresente apenas os gestos ou técnicas; é necessário também explicar suas origens, significados e o papel histórico de resistência que desempenharam durante a escravidão e após ela. A capoeira, por exemplo, não pode ser reduzida a uma simples luta ou jogo corporal, mas deve ser compreendida como uma expressão cultural que uniu música, canto e movimento, transformando-se em símbolo de luta e liberdade. Da mesma forma, as danças afro-brasileiras, ao serem incorporadas nas aulas, possibilitam que os alunos vivenciem ritmos, expressões e narrativas corporais que carregam memórias ancestrais e espirituais.

Como afirma Candau (2012), o reconhecimento da diversidade cultural na escola é condição essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a

justiça social e com o respeito às diferenças. Assim, o ensino torna-se mais significativo, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica, para a valorização da diversidade e para a construção de uma educação verdadeiramente antirracista.

3.3 Conhecimento da legislação e sua aplicabilidade

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 e a posteriori a lei 11.645/2008 representou um marco histórico no enfrentamento ao racismo estrutural e à invisibilidade da cultura afro-brasileira no currículo escolar. Essa legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas da Educação Básica, públicas e privadas, em âmbito nacional.

A lei, ao incluir esse conteúdo no currículo, buscou não apenas reparar uma dívida histórica com a população negra e indígena, mas também fomentar o respeito à diversidade cultural e étnico-racial, promovendo uma educação antirracista. Como destaca Petronilha Silva como conselheira e relatora do parecer no ano de 2004, a implementação da lei exige mais do que inserções pontuais no currículo, demanda uma transformação epistemológica profunda, que reconheça a centralidade da experiência negra na formação do Brasil e nas práticas pedagógicas cotidianas.

Os professores entrevistados conhecem a lei e sabem de sua obrigatoriedade, mas na prática ela ainda enfrenta desafios significativos. “Trabalham de forma bem superficial, deixando relegado aquele momento do dia da consciência negra.” (Professor 02, arquivo pessoal). Apesar de seu caráter normativo e de sua relevância social, muitos/as docentes ainda apresentam desconhecimento parcial ou superficial sobre a Lei nº 10.639/2003, o que resulta em práticas pedagógicas fragmentadas e sem continuidade.

Essa lacuna evidencia o que Lélia Gonzalez (1981) já denunciava como o “racismo por denegação”, aquele que, embora não se declare abertamente, atua no cotidiano escolar pela omissão e pela ausência de representatividade. Na Educação Física, isso é particularmente notável, pois a disciplina, historicamente associada à prática esportiva, tende a negligenciar dimensões culturais, artísticas e históricas que dialogam com a identidade negra, como as danças afro-brasileiras, a capoeira, o maculelê e outras manifestações corporais de matriz africana.

O conhecimento da legislação, portanto, é requisito fundamental para que os/as docentes possam aplicar de forma crítica e consistente a Lei nº 10.639/2003. Isso implica reconhecer a lei não como mera obrigação formal, mas como oportunidade pedagógica de valorização da diversidade e de combate ao racismo nas escolas, entendendo que o ensino só se torna

transformador quando é atravessado pela escuta, pela alteridade e pelo compromisso ético com a libertação de grupos historicamente oprimidos.

Nesse sentido, a efetividade da lei demanda que os conteúdos afro-brasileiros sejam incorporados de maneira transversal e contínua, permeando o currículo e as práticas pedagógicas, e não restritos a datas comemorativas, como o 20 de novembro. Na Educação Física, isso se traduz na valorização do corpo negro como sujeito histórico, cultural e político, reconhecendo sua corporeidade como expressão de resistência e identidade

A aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 na Educação Física pode se concretizar de diversas formas: pela inserção de conteúdos; pela discussão crítica sobre o racismo no esporte e na mídia, evidenciando as desigualdades raciais e a representatividade negra; e pela articulação interdisciplinar com áreas como História, Artes e Literatura, ampliando o olhar dos estudantes sobre a herança africana na cultura nacional. Contudo, a transformação curricular só é possível mediante formação docente crítica e continuada, capaz de enfrentar as estruturas racistas que ainda moldam as instituições educacionais. Sem essa formação, a aplicação da lei tende a se reduzir a uma ação simbólica, esvaziada de sentido político e pedagógico. Ao perguntar ao professor 3 se a rede de ensino em que está vinculado tem oferecido cursos sobre a temática, a resposta reforça a importância dessa discussão “ Raramente há cursos. São coisas, falas, um vídeo ou outro, mas a secretaria, de certa forma, não tem um trabalho sistêmico nesse sentido de formação para discutir esse tema.” (Professor 03, arquivo pessoal)

Portanto, compreender e aplicar a Lei nº 10.639/2003 na Educação Física vai muito além do cumprimento legal: trata-se de um compromisso ético e epistemológico com a construção de uma escola democrática, inclusiva e antirracista. A efetividade dessa lei requer vontade política, formação crítica e engajamento coletivo de toda a comunidade escolar. Como afirma Abdias Nascimento (1998), o mito da democracia racial atua como um instrumento de silenciamento e desmobilização do povo negro, mascarando as desigualdades e impedindo o avanço das lutas por igualdade racial. Romper com esse mito e efetivar o que a lei propõe significa ressignificar o currículo, reconhecer a centralidade da cultura negra e reafirmar a educação como prática de libertação e justiça social.

3.4 Religião em consonância com o preconceito

A religião, ao longo da história, desempenhou um papel central na construção e manutenção das hierarquias raciais que ainda hoje se refletem nas instituições, incluindo a escola. Desde o período colonial, as crenças europeias foram impostas como verdades

universais, enquanto as práticas religiosas de origem africana e indígena foram tratadas como primitivas, demoníacas ou inferiores. Essa herança cultural e religiosa contribuiu para criar uma visão distorcida sobre o que é sagrado, puro e aceitável socialmente. Dentro do ambiente escolar, isso se manifesta na falta de reconhecimento das tradições afro-brasileiras e indígenas como expressões legítimas de espiritualidade e sabedoria.

Muitos professores, alunos e famílias ainda reproduzem discursos que associam religiões de matriz africana ao mal, perpetuando o preconceito e o racismo. Como afirma Marinho (2019), “[...] de fato, o legado de depreciação e demonização das práticas religiosas, tanto das populações nativas das colônias, mas especialmente daquelas sequestradas à África, deve seu vultoso e prolongado tributo de condenação às ações doutrinárias da Igreja Romana”, evidenciando que o racismo religioso no Brasil tem raízes profundas nas práticas colonizadoras e na imposição do cristianismo europeu como modelo de fé e moralidade.

Nas escolas, esse legado se traduz em atitudes sutis e, muitas vezes, inconscientes, que reforçam a exclusão e o silenciamento das identidades negras e indígenas. A ausência de representações positivas dessas culturas nas aulas, os comentários preconceituosos e até a proibição de manifestações culturais com vínculos espirituais afro-brasileiros demonstram como o racismo religioso ainda molda o imaginário educacional.

Esse processo afeta diretamente a formação identitária de estudantes que professam ou se identificam com religiões de matriz africana, fazendo-os sentir vergonha de suas crenças e origens. Além disso, perpetua a ideia de que apenas uma religião é legítima, desrespeitando o princípio da diversidade e da convivência entre diferentes modos de crer.

Compreende-se, então, que a negação da religiosidade africana como sendo de grande importância para a construção étnica-racial do país é um dos pilares do racismo cultural brasileiro, pois ao deslegitimar os símbolos e práticas negras, o sistema colonial consolidou a ideia de que o “civilizado” é sinônimo de “branco e cristão”. Da mesma forma, Roger Bastide (1971) e Reginaldo Prandi (2000) destacam que as religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, constituem não apenas formas de culto, mas também espaços de resistência e preservação da identidade e história africana diante da opressão colonial e cristã.

Um exemplo dessa ignorância foi relatado em uma das entrevistas, quando questionei a participante sobre como o tema era recebido no ambiente escolar e se havia algum tipo de resistência. A professora 01 mencionou que,

Enquanto diretora, recebi em minha sala uma ocorrência vinda de uma turma. Uma professora havia proposto um seminário sobre diferentes religiões, e uma aluna, adepta a outra religião, recusou-se a participar do grupo que apresentaria uma religião de matriz africana, alegando que não a considerava legítima, pois, segundo ela, apenas

sua fé era verdadeira. Diante do caso, o episódio foi levado à discussão coletiva, e a gestão escolar decidiu promover um evento educativo com a presença de diversos líderes religiosos, a fim de ampliar o conhecimento e combater atitudes de intolerância e preconceito dentro do espaço escolar. (Professora 01, arquivo pessoal)

A religião deve estar presente na escola não como forma de imposição ou doutrinação, tampouco sob o olhar colonizador que hierarquiza crenças, mas como um instrumento de conhecimento, respeito e diálogo. Tive contato com algumas instituições ao longo de minha formação onde a oração católica marcava o início das atividades em sala de aula, mas raramente observei um espaço em que todos os alunos pudessem expressar livremente sua fé, seus sentimentos ou suas crenças pessoais. Esse tipo de prática reforça a ideia de que apenas uma religião é verdadeira, silenciando as demais e reproduzindo desigualdades históricas.

A desinformação só pode ser combatida com informação e vivência plural, ou seja, por meio da democratização da religiosidade no ambiente escolar. Promover eventos que incluam a escuta ativa de líderes de diferentes tradições religiosas e espaços de diálogo entre estudantes pode ser uma poderosa ferramenta para combater o preconceito, fortalecer o respeito mútuo e formar cidadãos mais conscientes da diversidade cultural e espiritual que compõem a sociedade brasileira. A escola é, portanto, um dos espaços mais importantes para a desconstrução do racismo religioso, pois é nela que se formam os valores de convivência e respeito à pluralidade cultural e espiritual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender, de maneira profunda e crítica, que a inserção da cultura afro-brasileira nas práticas pedagógicas da Educação Física constitui não apenas uma exigência legal prevista na Lei nº 10.639/2003, mas sobretudo um compromisso ético, político e social com a promoção de uma educação antirracista e verdadeiramente democrática. Essa legislação, ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, representa um marco na luta contra o silenciamento histórico imposto à população negra. No entanto, sua efetivação nas escolas públicas ainda se mostra incipiente, fragmentada e, em muitos casos, reduzida a ações pontuais e superficiais, como projetos comemorativos ou atividades temáticas isoladas.

Durante a investigação realizada nas escolas públicas de Guanambi-BA, ficou evidente que, embora os professores reconheçam a importância do ensino da cultura afro-brasileira, ainda há lacunas significativas no que diz respeito à formação teórica e metodológica necessária para abordar essa temática de forma consistente e transversal. Muitos docentes demonstraram interesse e sensibilidade diante da temática, mas também expressaram insegurança e falta de

preparo para desenvolver práticas pedagógicas que rompam com a visão eurocêntrica dominante, que historicamente valorizou determinadas expressões corporais, como o futebol, o vôlei e o basquete, em detrimento de outras, como a capoeira, o samba de roda, as danças. Essa constatação reforça o quanto o racismo estrutural ainda perpassa o currículo escolar e as práticas cotidianas de ensino.

A Educação Física, por lidar diretamente com o corpo, a cultura e a identidade, ocupa um lugar estratégico na desconstrução de estereótipos e na valorização da diversidade étnico-racial. Entretanto, observa-se que o corpo negro ainda é frequentemente interpretado sob uma ótica discriminatória, reduzido à força física, ao desempenho atlético ou à resistência, o que reflete uma herança colonial que desumaniza e invisibiliza os saberes e as espiritualidades negras. Ao incorporar práticas afro-brasileiras, não apenas a luta ou esporte, mas como expressão cultural, histórica e espiritual. O professor de Educação Física pode proporcionar aos alunos uma experiência educativa que valoriza a ancestralidade, o pertencimento e o reconhecimento das múltiplas contribuições dos povos africanos à formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, é essencial que a abordagem da cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física vá além da execução técnica das práticas corporais e busque uma contextualização histórica, cultural e social. É necessário que os estudantes compreendam o processo de vinda dos povos africanos ao Brasil, as violências impostas pela escravidão e, ao mesmo tempo, as resistências e recriações culturais que garantiram a sobrevivência e a permanência das tradições afro-brasileiras. Compreender essa trajetória é reconhecer que a cultura negra não é apenas herança, mas movimento vivo, que se reinventa e se manifesta nas mais diversas formas de expressão corporal, musical e espiritual.

Outro aspecto relevante observado ao longo do estudo diz respeito à influência da religiosidade e ao preconceito religioso que ainda permeia o ambiente escolar. A intolerância às religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, revela-se como uma das faces mais persistentes do racismo. Em muitas situações, práticas e expressões culturais de origem africana são marginalizadas por associações equivocadas e preconceituosas. Esse cenário reforça a urgência de uma formação docente que promova o respeito à pluralidade cultural e religiosa, combatendo a reprodução de discursos discriminatórios e promovendo o diálogo entre as diferentes formas de fé, espiritualidade e cosmovisão.

A análise das falas dos professores entrevistados também permitiu identificar que a falta de políticas públicas efetivas de formação continuada e de suporte pedagógico contribui para a manutenção das desigualdades no tratamento das temáticas raciais na escola. A implementação

da Lei nº 10.639/2003 não pode se restringir à obrigatoriedade legal; ela deve ser acompanhada por um compromisso político das instituições de ensino, das secretarias de educação e das universidades, no sentido de garantir a formação crítica e reflexiva dos educadores. É preciso que os cursos de licenciatura, especialmente o de Educação Física, incorporem em seus currículos disciplinas e debates voltados à história da população negra, às práticas corporais afro-brasileiras e às relações étnico-raciais, permitindo que o futuro professor desenvolva competências para atuar com sensibilidade, conhecimento e responsabilidade social.

Dessa forma, a efetivação de uma Educação Física antirracista implica reconhecer que o corpo é também território de memória, resistência e identidade. Valorizar a cultura afro-brasileira nas aulas significa romper com o silenciamento histórico, promover a representatividade e construir um espaço educativo onde todos os alunos possam se ver reconhecidos em suas origens e manifestações culturais. As demais práticas de matriz afro-brasileira e indígena não devem ser vistas como conteúdos “alternativos” ou “complementares”, mas como componentes essenciais de um currículo plural, crítico e comprometido com a justiça social.

Conclui-se, portanto, que a luta pela valorização da cultura afro-brasileira nas escolas vai muito além da aplicação de uma lei: trata-se de uma luta pela reconstrução da identidade nacional, pela democratização do saber e pela desconstrução das hierarquias raciais que persistem na sociedade brasileira. A escola, enquanto espaço de formação humana, precisa assumir seu papel de agente transformador, comprometido com a equidade, o respeito e a dignidade de todos os povos que contribuíram para a formação do Brasil.

Assim, a Educação Física, quando orientada por uma perspectiva crítica e decolonial, pode se tornar um campo fértil para a promoção da diversidade cultural e o fortalecimento do protagonismo negro. O corpo, compreendido como expressão da história e da ancestralidade, torna-se instrumento de libertação, resistência e afirmação identitária. É nesse horizonte que a implementação efetiva da Lei nº 10.639/2003 deve se consolidar: não apenas como cumprimento de uma norma jurídica, mas como um ato de justiça histórica e de compromisso com a construção de uma sociedade mais consciente, plural e humanizada.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. e-PUB. 260 p. ISBN 978-85-8429-116-8.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1971.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, jan./jun. 2011.

Disponível em: http://www.proiac.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/433/2018/08/berbel_2011.pdf. Acesso em: 4 de nov. 2025

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 03/2004 — Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação, 10 mar. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235–250, 2012.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025.

CARVALHO, Sebastião Carlos dos Santos. **O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da UNEB, campus Guanambi**. 2021. Tese (Doutorado em Educação – Conhecimento e Inclusão Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/38977>. Acesso em: 03 outubro. 2025.

CAVALCANTI, E. S. **Educação Física e Cultura Afro-brasileira: práticas e desafios**. Revista Brasileira de Educação Física Escolar, v. 5, n. 2, p. 87-99, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DAOLIO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade (org.). **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,

2011.

DICIO. **Racismo**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/racismo/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Brasília: MEC; SECAD, 2012.

GONZALEZ, L. **Democracia racial? Nada disso!** In: Mulherio, São Paulo, nov-dez 1981. Ano I, Nº 4.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013. 288 p. (Coleção Docência em Formação). ISBN 978-85-249-1603-8.

MARINHO, Paula Márcia de Castro. “**Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social.**” *Sociedade e Estado*, v. 37, n. 2, p. 489–510, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/7nwNP6t5HpR4YhyWL64hbFp/?format=pdf&lang=pt>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. , 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?format=pdf&lang=pt>.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

PRANDI, Reginaldo. **De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião**. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Bloco 1 – Práticas Pedagógicas

1. Como você costuma abordar a temática da cultura afro-brasileira nas suas aulas de Educação Física?
2. Quais estratégias ou atividades pedagógicas você considera mais eficazes para trabalhar essa temática com os alunos?
3. Você utiliza materiais didáticos específicos (livros, vídeos, jogos, músicas, danças, lutas etc.) relacionados à cultura afro-brasileira? Se sim, poderia citar exemplos?
4. De que maneira os alunos reagem quando esses conteúdos são apresentados em sala de aula?

Bloco 2 – Formação Inicial e Continuada

1. Durante sua formação inicial em Educação Física, os conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira foram trabalhados?
2. Você já participou de cursos, oficinas ou formações continuadas sobre essa temática? Se sim, como avalia a contribuição dessas experiências?
3. Em sua opinião, quais seriam as necessidades mais urgentes de formação para que os professores possam trabalhar melhor a cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física?
4. A rede de ensino estadual em que está vinculado(a) tem oferecido cursos sobre a temática?

Bloco 3 – Legislação Vigente

1. Você conhece a Lei 10.639/2003 e a sua obrigatoriedade em relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira?
2. Como você avalia a aplicação dessa legislação no contexto da sua escola?
3. A escola oferece algum tipo de suporte ou orientação para que os professores possam implementar a lei em seus planejamentos?

Bloco 4 – Desafios Enfrentados

1. Quais são as maiores dificuldades que você encontra para inserir a cultura afro-brasileira nas suas práticas pedagógicas?
2. Você acredita que há resistência, seja da gestão escolar, dos alunos ou da comunidade, em relação a essa temática?
3. Na sua visão, o que poderia ser feito para superar esses desafios e fortalecer a presença da cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física?

APÊNDICE B - TERMO LIVRE DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS XII
COLEGIADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ do _____ Participante:
Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço: _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: (____) _____/(____) _____/_____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI-BA: UMA ABORDAGEM CENTRADA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Fabiana de Almeida Santos
Cargo/Função: Aluna

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI-BA: UMA ABORDAGEM CENTRADA NA EDUCAÇÃO FÍSICA**, de responsabilidade do pesquisador FABIANA DE ALMEIDA SANTOS, discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo analisar os possíveis diálogos entre a cultura afro-brasileira e os conteúdos da Educação Física nas escolas públicas de Guanambi-BA. A realização desta pesquisa trará benefícios, pois o presente estudo se insere entre os que investigam as relações entre a cultura afro-brasileira com as escolas de Guanambi-Ba. Almeja-se com esta pesquisa o oferecimento de subsídios para uma melhor compreensão a respeito do desenvolvimento da Educação Física enquanto possibilidade pedagógica na região de Guanambi, um conhecimento que pode e deve vir a fazer parte dos planos de ensino dos professores da região.

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: 5.431.376 em _____ consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

relações sociais e culturais estabelecidas. Sobre os riscos, as entrevistas serão gravadas em gravadores de voz, assim caso ocorra o extravio das gravações haverá a possibilidade de identificação do(a) entrevistado(a). Porém, o pesquisador irá desfazer dos arquivos de voz, das entrevistas, logo após a transcrição das mesmas. Caso aceite o Senhor(a) será entrevistado e a entrevista será gravada em áudio pelo responsável pela pesquisa, Fabiana de Almeida Santos, Aluna da Universidade do Estado da Bahia. Devido a coleta de informações o senhor poderá, no momento da entrevista, experimentar algum sentimento de desconforto psicológico advindo de constrangimento em responder alguma questão ou mesmo a lembrança de alguma situação desagradável. Sua participação é voluntário e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e portanto o Sr(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: FABIANA DE ALMEIDA SANTOS
Endereço: Avenida Barão do Rio Branco, 37, Centro, Guanambi – Bahia
Telefone: (73) 998512313, E-mail: afabi2353@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 01, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3612-1330, (71) 3312-1300, e-mail: cepuneb@uneb.br
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

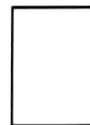
Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: 5.431.376 em _____ consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>


Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI-BA: UMA ABORDAGEM CENTRADA NA EDUCAÇÃO FÍSICA, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)



 Documento assinado digitalmente
por MARCELO NEVES SANTOS OLIVEIRA
em 17/07/2025 09:24:43:00
verifique em <https://sistemas.gov.br>

Assinatura do professor responsável
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovada sob número de parecer: 5.431.376 em _____, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>